

ATA Nº 003/2021



Às dez horas e dois minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e vinte um, os membros do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, em atendimento ao item seis do memorando nº. 005/2020 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o qual regulamenta o Decreto Governamental nº. 4942/2020, acerca da prevenção à disseminação da COVID-19, os conselheiros reúnem-se via aplicativo Google Meet para a segunda terceira extraordinária de trabalho privada do biênio 2021/2022. O Sr. Presidente dá início a reunião desejando boas vindas, a todos e todas e passa para o **primeiro** ponto de pauta, deliberação sobre a composição do CONESD conforme as alterações que ocorrerão com a substituição do Ministério Público, coloca que são dois itens que teremos para deliberar nesta pauta, o primeiro trata da substituição da vaga do Ministério Público que é governamental por uma outra entidade e o outro seria aproveitar esta oportunidade para deliberarmos e encaminharmos para o Secretário a inclusão de mais algumas entidades para compor o Conselho, visto que este é o momento tendo em vista que já ocorrerá a mudança. O Presidente coloca que no passado foi necessário a mudança no Decreto para o enxugamento de cadeiras em função da falta de quórum, pela não participação de algumas entidades, mas que hoje estamos em outro momento. Continuando relata que conversou com a Conselheira Helena e o Conselheiro Renato sobre a questão da substituição da cadeira do MP e que fará uma sugestão para a deliberação da plenária, para posteriormente enviar para o Secretário. O Presidente põe em votação se podemos aumentar o número de cadeiras e solicita aos/as Conselheiros/as que forem favoráveis que permaneçam como estão e se alguém tiver algo contrário em relação ao aumento do número de vagas no Conselho que se manifestem. O Conselheiro Renato assume a palavra e diz que o seu voto vai depender do número de vagas que se pretende aumentar, no que o Presidente informa que em princípio haviam colocado duas vagas governamentais e duas não governamentais e que irá apresentar algumas entidades para aprovação ou não, e deixa em aberto para os/as Conselheiros/as para sugestões de entidades. Neste momento a plenária aprovou por unanimidade o aumento no número de vagas. O Presidente continuando com a palavra põe em votação a proposta da Defensoria Pública assumir a vaga do Ministério Público, sendo aceita por todos/as os/as Conselheiros/as. Em relação a ampliação do número de vagas, o Presidente aponta que iremos deliberar sobre esta questão, mas que posteriormente as entidades serão consultadas quanto ao interesse pela participação, comprometimento, para não ocorrer um esvaziamento do Conselho. O Presidente posiciona como sugestão duas entidades governamentais e duas não governamentais, sendo a governamental uma representação ligada a SEJUF, que aborde o tema ligado à crianças e adolescentes e outra seria a representação das Universidades/SETI, conforme já conversamos anteriormente. Em relação as entidades não governamentais

X destaca a Federação dos Conselhos da Comunidade do Paraná – FECCOMPAR e a Federação Paranaense das Comunidades Terapêuticas – FEFACT. O Presidente deixa a palavra em aberto e o Conselheiro Fábio diz que está extremamente de acordo com as sugestões das entidades governamentais e também quanto a substituição do MP pela Defensoria, quanto as não governamentais, recorda que este Conselho havia discutido que a participação e o controle social se volta as pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, e neste momento o Presidente informa que terá que se ausentar um pouco da reunião e que o Conselheiro Renato dará sequência. Continuando o Conselheiro Fábio fala que a participação e o controle social num Conselho de Políticas Públicas voltadas as pessoas que usam álcool e outras drogas, de alguma forma deveria contar com pessoas que usam álcool e outras drogas, e aponta como dificuldade está questão, pois as pessoas que usam álcool e outras drogas não se manifestam, não se declaram, a não ser alguns movimentos como a Marcha da Maconha que são declaradamente ou usuários ou os que lutam pela causa. Recorda que já havia colocado isto anteriormente, como tiveram Conselheiros que sugeriram os grupos de Mútua Ajuda do tipo Anônimos, e justamente por serem Anônimos acredita que teria alguma dificuldade de participação. O Conselheiro diz que não tem uma solução para esta questão, mas acredita que as Marchas da Maconha seria os movimentos mais pertinentes, cita a última eleição para as cadeiras por segmentos do COMAD em Maringá, que o Coletivo da Marcha da Maconha foram eleitos. Aponta que esta situação é estranha, mas que as pessoas que fazem o uso é quem deveriam estar presentes num conselho de controle e participação social. Reforça que as Comunidades Terapêuticas tem que estar presentes, que ele não foi totalmente de acordo quando elas foram retiradas do Conselho, e sugere a participação dos trabalhadores da saúde também, citando os Centro de Atenção Psicossocial - CAPS. Dr Renato toma a palavra e informa ao Conselheiro Fábio que na verdade ainda não existe nada definido, que a SESP por meio do Secretário quem dará a palavra final, que é assim que funciona e que surgiu esta ideia de propor esses nomes, mas o momento é este para indicações de outras entidades e que vamos fazer por votação. O Conselheiro Soavinsk questiona o Presidente se terá a indicação da FEFACT e COMPACTA e coloca como indicação a Pastoral da Sobriedade e a FEMOCLAN, neste momento o Presidente questiona o Conselheiro Soavinsk sobre a FEMOCLAN, que responde que é uma federação a nível municipal ligada a comunidade externa e que podem conhecer mais sobre estas associações de moradores para ampliar a política pública. Dr Renato esclarece ao Presidente que o Conselheiro Fábio fez duas sugestões como a Marcha da Machona e dos trabalhadores do CAPS, lembrando que já ouviu esta discussão anteriormente e que em relação aos CAPS são órgãos municipais, dificultando a escolha e representação. Menciona novamente as sugestões do Conselheiro Soavinsk, dizendo que agora tem um total de quatro sugestões e deixa

X a palavra em aberto. O Presidente no uso da palavra faz algumas observações citando o CAPS, em relação a questão da municipalidade e que também existem algumas secretarias do Estado que não tem como trazer para o CONESD em função dos trabalhos que são desenvolvidos serem incompatíveis com a política sobre drogas. Cita que em relação a FEMOCLAN, acredita que caia na mesma situação que os CAPS por ser algo municipal e nós temos que ter uma abrangência mais estadual. Em relação as Federações, responde para o Conselheiro Soavink que a COMPACTA causou muitos problemas, como por exemplo no passado foram até o governo estadual passando por cima do Conselho, estavam tentando criar um conselho paralelo, sendo rechaçado pelo Conselho, por isto em função destes e outros pontos acredita não ser o momento de estarem participando. A Conselheira Rita coloca que independente das preferências para as entidades, destaca que o importante é a participação e que necessitamos da fundamentação técnica para mostrar a importância das mesmas no Conselho, já tivemos outras que não compareciam, que eram somente números, então de que forma estas entidades vão contribuir, precisamos de pessoas que tenham uma identificação com a área, que possa acrescentar tecnicamente para nós e que venha a somar. Dr Guilherme no uso da palavra coloca que a participação da juventude seria muito interessante e na questão dos usuários, vê as CTs como participação de usuários, como os grupos de mútua ajuda, citando a Pastoral da Sobriedade. Dr Renato assume a palavra e cita que o NEPSD nunca teve problema com a COMPACTA e reforça que a Secretaria irá verificar estas as alterações propostas e indagarão sobre tudo, apontando ainda que em relação a grupos de mútua ajuda, que já discutimos isto e que poderíamos colocar uma representação de grupos de mútua ajuda, da mesma forma como a gente pensou em colocar um representante de conselhos municipais de drogas, mas sempre há a dificuldade de como escolher isto. Coloca que a nível de Secretaria tudo vai ser questionado, de como vai ser feita esta representação, por isto que precisa ser uma coisa bem democrática, tem que ter argumentos de como foi feita a escolha, por isto que temos que ter muito claro para não “batermos na trave”. O Conselheiro Edson pede a palavra e diz que gostaria de reforçar que antes a Secretaria de Justiça eram Secretarias separadas, família, trabalho e justiça e considera muito importante a vaga ser direcionada para a SEJUF, porque o CEDCA tem muito recurso e que poderia ser aprovado por meio de projetos trabalhos de prevenção sobre drogas, poderia auxiliar nas questões de capacitações. Considera bem importante está cadeira e ressalta que o Ministério Público conhece bem, pois fizeram um projeto muito bacana que é o roda de conversa. O Presidente faz considerações sobre a dificuldade da participação dos grupos de mútua ajuda, pois não pode ter conotação política, cita ainda a FEPACT que hoje tem uma representatividade muito grande no Estado do Paraná atingindo quase todos os municípios.

~~X~~ Responde ao Dr Renato dizendo que se a COMPACTA não teve problemas com o NEPSD particularmente, mas sim em relação há outras instituições e a própria OAB houve problema. O Presidente expõe que quanto as sugestões das entidades governamentais não há nenhuma outra apresentada e sugere darmos como aprovada, mas lembrando que passará pelo aval da SESP. Pergunta novamente se há alguma outra sugestão ou se podemos aprovar assim, não havendo nenhuma manifestação considera como aprovada a proposta. O Presidente sugere também como proposta da não retirada do MP do grupo do whatsapp e que o mesmo possa sempre estar participando conosco, mas não terá direito a voto. Dr Guilherme disse que não pretende se afastar do Conselho, só mudará a posição, pois ficará como fiscal do Conselho e não havendo nenhuma objeção fica a proposta aprovada por unanimidade. O Presidente passa a explicar sobre os representantes não governamentais mencionando a FECCOMPAR, a FEPACT, a Pastoral da Sobriedade. Dr Renato indaga em relação aos usuários, aos grupos de mútua ajuda, dizendo que é contra, pois temos que dar a vaga para uma federação, que na sua visão o usuário pode participar deste Conselho, mas não como uma cadeira de titular, ele pode vir como convidado, que sempre bateu nesta tecla de que outros órgãos mesmo que não estejam no Conselho são muito bem vindos, principalmente os/as usuários/as. Agora dar uma cadeira de titular, irá ter muita dificuldade pois muitos fazem uso de drogas ilícitas e estamos vinculados a SESP, tem a polícia militar, e por mais que a ideia seja boa, considera muito difícil a participação, mas sempre serão bem vindos, agora dar uma cadeira de titular, que irá votar contra. A Conselheira Maria Lúcia toma a palavra e diz que concorda com o Dr Renato, que a sua entidade não vota a favor também, que vota a favor de uma entidade, federação e que o Dr Renato falou é a pura verdade. A Conselheira Helena no uso da palavra faz a defesa da cadeira para a FECCOMPAR, lembrando que a Maria Helena que é a presidente já participou da reunião deste Conselho e teve a oportunidade de expor o trabalho. Aponta que hoje existem em torno de cento e sessenta e um Conselhos da Comunidade no Paraná, que atende familiares, pessoas que estão cumprindo medidas de prestação de serviços à comunidade, monitorados eletronicamente, fazem visitas nas Unidades Prisionais, cita que a FECCOMPAR está participando dos debates junto ao Projeto Semear e que inclusive estão fazendo um levantamento pelo google forms sobre o trabalho desenvolvidos pelos Conselhos na área da política sobre drogas. Aponta que faz a defesa da FECCOMPAR por todas estas questões fazendo referência a Conselheira Rita que conhece bem esta realidade do sistema prisional, e pelo fato de praticamente inexistir projetos nesta área, que considera muito importante a participação e por outro lado os Conselhos da Comunidade recebem recursos das penas pecuniárias, podendo facilitar a implantação dos projetos, menciona o Programa OPUD em Maringá e também um outro

~~X~~ projeto de prevenção que estão finalizando para ser desenvolvido na Casa de Custódia. O Presidente reforça que nós precisamos de pessoas que representam as entidades e estão dispostas a trabalhar para fortalecer cada vez mais o Conselho. Continuando o Presidente reporta as três entidades para serem votadas na cadeira não governamental, FECCOMPAR, FE-PACT e Pastoral da Sobriedade. A Conselheira Aline Guedes faz referência ao projeto Propulsão com o Grupo Marista, que considera bem interessante, mas já foi informada pela Conselheira Maria Lúcia que este projeto é de abrangência municipal. O Presidente indaga mais uma vez se algum Conselheiro/a querem apresentar alguma entidade para concorrer a cadeira não governamental. A Conselheira Danielle pediu a palavra e solicitou para a Conselheira Helena digitar no chat as entidades que estão sendo apreciadas para ocupar as cadeiras, para ficar mais fácil a visualização para a votação. Fez consideração sobre o projeto do Grupo Marista “que ele deixou por exemplo a gente praticamente na mão”, era um projeto junto a Penitenciária Feminina, que já fazia três anos e atendia crianças das mães que estavam encarceradas e eles simplesmente desistiram do projeto em setembro de 2019, não sendo por causa da pandemia, considera complicado isto, principalmente pelo fato de ser uma Instituição privada, por isto que independente de ser uma instituição estadual ou não, nós temos que ver muito bem até que ponto estas instituições tem o comprometimento e constâncias do trabalho. A Conselheira Rita pediu a palavra e disse que precisaria responder a Conselheira Danielle esclarecendo que na verdade a rede Marista não deixou a penitenciária na mão, que o termo de cooperação que foi feito foi no período em que a mesma estava na direção da Penitenciária Feminina do Paraná, que foi Diretora por sete anos e que a questão da infância não é uma política da SESP, então trouxeram a rede Marista na época para a garantia dos direitos das crianças que nasciam e viviam naquele período lá. Informa que a rede Marista na verdade contribuiu para traçar a política nacional de atendimento as crianças que nascem e vivem no sistema penitenciário, e ela só se retirou por uma mudança na política, na qual as crianças não eram atendidas, e como o foco da rede Marista é a questão da infância, naquele momento ela não podia alterar a política do Estado e era um termo de cooperação definido por alguns anos e eles fizeram um processo de transição de saída e na verdade não foram eles que saíram, mas sim pelo fato de não atenderem mais os critérios que foram estabelecidos no termo de cooperação, finaliza dizendo que foi um brilhante trabalho, que assegurou direitos daquelas crianças. A Conselheira Danielle disse que concorda com tudo o que a Conselheira Rita disse, que o projeto é uma referência e inclusive diz que foi moradora em Santa Catarina e que copiaram na verdade muito do trabalho, para tentar implantar em Santa Catarina e que na verdade entrou no projeto quando já estava na transição, mas a Priscila Plancha Sá que é professora da Federal e que agora é Desembargadora, que começou a renegociar a tentativa de renovação do convênio e que

X houve uma resistência sim na renovação deste convênio, e que acompanhou este processo de transição junto ao Tribunal de Justiça, porque na verdade o convênio era com o TJ, no que a Conselheira Rita coloca que o convênio não era com o TJ e sim com a Penitenciária, que era gestora do convênio. Continuando a Conselheira Danielle diz que a tentativa de renovação se deu por meio do TJ, pois é ele quem acompanha estas questões. A Conselheira Danielle esclarece que em nenhum momento falou que o projeto não era exemplar, pelo contrário tentaram reimplantar o projeto naquele período. O Conselheiro Fábio pede a palavra e diz que continua achando que pessoas que usam drogas devam ter as representações, mas também compreende que esta representação geográfica deva ser atendida, pois o Conselho é Estadual e até onde ele sabe as Marchas da Maconha são municipais. Existe uma marcha em Curitiba, existe uma marcha em Maringá e não sabe se existe uma organização da Marcha Estadual, e crê que não, desta forma temos este impasse e acaba sendo conveniente para barrar a candidatura, “porque a grande maioria é de Curitiba e tirando eu e a Helena” o Conselho é composto por membros de Curitiba, mesmo que represente o Estado. Então são impasses, mas que continua buscando alternativas de pensar um representante de pessoas que usam álcool e outras drogas e pensa que as marchas da maconha são os melhores exemplos. Desta forma sugere um Coletivo de Luta Antimanicomial do Paraná, com semelhança a ABRASME, que é um coletivo que se organiza para discutir, debater a questão psicossocial, é um coletivo relativamente novo, mas que já tem representantes no Estado inteiro, fazendo mais uma sugestão de representação não governamental, deixando no chat o endereço do Coletivo. <https://www.instagram.com/coletiva.clap/> O Presidente enumera novamente as instituições, FECCOMPAR, FEPACT, Pastoral da Sobriedade e Coletivo de Luta Antimanicomial do Paraná. O Presidente coloca a questão da representatividade dos órgãos no Conselho, que não precisa ser necessariamente de Curitiba e o Conselheiro Fábio recorda a proposta da estadualização do Conselho e aponta que temos vários problemas, citando a tríplice fronteira, questões de padrões de consumo do interior, coloca que talvez uma representação de fóruns de Conselhos, com critérios de “rodar a cadeira”, já que temos vários conselhos municipais e estes conselhos poderiam se organizar e tirar representantes e aí seria uma forma de organização. O Conselheiro Edson pede desculpas pelo desconhecimento, mas aponta que vários conselhos que já participou tem vários representantes, e pelo que entendeu a Marcha da Maconha entraria como usuário, questiona se esta entidade é legalizada, se tem um endereço próprio, fins sociais no processo. O Conselheiro Fábio responde que sim, que são associações constituídas, elas tem registro de funcionamento, muitas tem sede própria. O Conselheiro Edson questiona onde fica estas associações no Paraná, respondendo o Conselheiro Fábio fala que não conhece, mas que é possível levantar estas informações, e cita novamente a eleição por segmento do COMAD, onde a Marcha da

~~X~~ Maconha ocuparam e ganharam uma cadeira. Dr Guilherme pede a palavra e fala do Coletivo que é bem bacana e que inclusive estão escrevendo uma carta aberta e que são bem ativos, com participação de CAPS de CREAS e na questão da juventude sugere eleger algum representante da SEJUF. A Conselheira Maria Lúcia assume a palavra e coloca para lembrarmos que este Conselho é Estadual e tem uma lei, regimento e regulamento, sendo representados pelos profissionais da psicologia, entidade de trabalhadores, e outras categorias que queiram fazer parte do Conselho entra no processo eleitoral, isto daí é regimental. Quanto a saúde, no Conselho as entidades são eleitas em conferência, de abrangência estadual, e que disputam voto do seu seguimento, coloca que o MP não entra, ele sempre foi o órgão fiscalizador. O Conselho de Saúde atua em vinte e duas regionais, que apresentam relatórios, e reforça que a sua entidade é de abrangência estadual, permitindo a participação no Conselho Estadual e Municipal. A Associação Comercial do Paraná abrange todo o Estado e pode indicar alguém de Londrina para fazer parte deste Conselho, então a vaga é da entidade e eles indicam quem eles querem. A SESP indica trabalhador, a Rita é do DEPEN, Dr Renato é da Polícia Cível, o DEPEN pode indicar alguém de Foz do Iguaçu e conforme as demandas surgem, como por exemplo de Foz do Iguaçu, pode trazer para discussão porque esta questão citada é levada para o Conselho Estadual de Saúde e discutido lá. O Presidente coloca que existem vários grupos que poderiam participar do CONESD, mas temos que pensar na abrangência estadual e diz que vê o Conselho hoje com uma representatividade muito boa que estamos indo pra frente. A Conselheira Maria Lúcia questiona ao Conselheiro Fábio sobre a composição do Coletivo, se é uma instituição, no que o Conselheiro responde que é um espaço de pesquisadores, tem profissionais de CAPS, CREAS. O Presidente no uso da palavra põe em votação, dizendo que cada Conselheiro/a deverão votar em duas entidades, vamos começar com a Conselheira Helena, representante do CRESS/PR, que votou na FECCOMPAR e no Coletivo, a SESP votou na FECCOMPAR e FEPACT, DEPEN votou na FECCOMPAR e FEPACT, SESA votou na FECCOMPAR e Coletivo, PMPR VOTOU na FECCOMPAR e FEPACT, FIEP votou na FECCOMPAR e Coletivo, CRP votou na FECCOMPAR e Coletivo, CRF votou na FECCOMPAR e Coletivo, MP votou na FECCOMPAR e Coletivo, ACP votou na FECCOMPAR e FEPACT, UFPR votou na FECCOMPAR e Coletivo, OAB votou na FECCOMPAR e FEPACT, SEJUF votou na FECCOMPAR e FEPACT. Após apuração temos o seguinte: FECCOMPAR treze (13) votos, Coletivo sete (07) votos e FEPACT seis (06) votos. O Presidente solicita ao Conselheiro Fábio que entre em contato com o Coletivo e solicite os documentos jurídicos necessários para o CONESD conferir a regularidade. O Presidente pergunta quem é o representante e o Conselheiro fala que como Coletivo é muito horizontal, mas vão tirar um representante assim que informados. O Conselheiro Edson pede a palavra e faz uma consideração que

X acha que é importante, que caso haja algum impedimento da entidade Coletivo de Luta Atimanicomial do Paraná, que seja contemplada automaticamente a próxima instituição. Coloca que quer seguir o raciocínio da Rita, pois ela falou uma coisa muito importante que é a questão da vivência, a identificação com a área, que isto é o mais importante e estratégico. O Presidente fala que até hoje nunca tinha ouvido falar deste Coletivo e que precisa ter toda a parte jurídica e caso não esteja correta já fica a FEPACT com a indicação para a cadeira, havendo a concordância dos/as Conselheiros/as. O Presidente solicita o endereço do Coletivo, no que o Conselheiro Fábio diz que faria isto neste mesmo dia. Dr Renato questiona o Presidente se será feito ofício para estas entidades para verificar o interesse de participação neste Conselho, antes de passar para a SESP e o Presidente prontamente disse que sim. O Presidente coloca que no caso das entidades não governamentais, terão que encaminhar para o CONESD o CNPJ, Estatuto, Regimento e outros documentos para conferência da regularidade. Passando para o **segundo** ponto de pauta outros informes, não havendo mais nada a tratar o Presidente agradece a participação de todos e todas e a reunião dá se por encerrada às 11h30min, do que eu, Helena Maria Ramos dos Santos, Secretária Executiva lavrei a presente ata que vai devidamente assinada por mim e pelo Presidente deste Conselho.

<b>LISTA DE PRESENÇA</b>	
<b>PRESENTES</b>	<b>ÓRGÃO REPRESENTANTE</b>
Aline Calefi Lima	FIEP
Aline Pinto Guedes	SESA
Carlos Augusto Weber	OAB PR
Danielle Annoni	UFPR
Edison Luiz Machado de Camargo	SEJUF
Fábio José Lopes	CRP PR
Gabriele Luize Pereira	CRF
Guilherme de Barros Perini	MPPR
Helena Maria Ramos dos Santos	CRESS PR
José Augusto Soavinski	SESP
Luiz Carlos Hauer	OAB PR
Marcelo Mikosz	ACP/PR



Maria Lúcia Gomes	ACP/PR
Maristela da Costa Souza	SESA PR <b>falta justificada</b>
Nazah Cherif Mohamed Youssef	CRM <b>falta justificada</b>
Renato Bastos Figueiroa	SESP
Ricardo da Costa	PMPR
Rita de Cássia Naumann	DEPEN PR
Simone Carinha Baroni	SEED <b>falta justificada</b>

**Luiz Carlos Hauer**

**Presidente – CONESD**

**Helena Maria Ramos dos Santos**

**Secretária – Executiva**